CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO VEREADOR ALÍPIO RODRIGUES

REQUERIMENTO N.º **0340/2016**

> *Requer a inclusão **nos Anais desta Casa do** artigo publicado no Jornal O **POVO** intitulado: Estado de guerra.*

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador Alípio Rodrigues no uso de suas atribuições legais e regimentais vem, com o devido respeito e acatamento após ouvir o Plenário requerer a Vossa Excelência que o artigo intitulado: ***Estado de guerra,*** que foi publicado no Jornal O POVO, no dia 15 de fevereiro de 2016, seja transcrito para Anais desta Casa.

Requer, ainda, que, por decisão desta Casa dê-se conhecimento do total **teor** deste Requerimento ao Exmo. Senhor **Secretário de Segurança Pública do** Estado do Ceará, Delci Teixeira, Avenida **Bezerra de Menezes**, 581, Parque Araxá, Fortaleza-Ce.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 17 de Fevereiro de 2016.

Vereador Alípio Rodrigues
Rua: Thompson Bulcão, 830
Câmara Municipal de Fortaleza

Vereador Líder do PTB

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO
17 FEV. 2016
Nº de fls
Servidor

Rua Dr. Thomposon Bulcão, 830 - Bairro Patriolino Ribeiro
Fone: 85.3444.8353 / 3444.8300
Caixa Postal 2671 – CEP. 60.810-460
vereador.alipio@gmail.com / [illegible]

O POVO
FORTALEZA - CE, SEGUNDA-FEIRA - 15 DE FEVEREIRO DE 2016

SEGURANÇA PÚBLICA

ricardomoura@opovo.com.br

Ricardo Moura

Esta coluna é publicada **às segundas-feiras**

O jornalista escreve esta coluna quinzenalmente

Estado de guerra

A notícia chegou cedo às redes sociais: o soldado do Raio, Augusto Huebster Rabelo Félix, perdera a vida em confronto com dois homens que tentaram roubá-lo. Matou um deles, mas foi morto em seguida. A mobilização social que se seguiu ao crime foi intensa. Pistas do paradeiro do segundo homem que estava na moto começaram a surgir de modo frenético. À tarde, o rumor de que o acusado fora preso no Jardim Iracema ganhou fôlego e se espalhou rapidamente.

Acompanhei o desenrolar dos acontecimentos tanto nas redes virtuais que compartilham notícias sobre a polícia quanto por meio de relatos de contatos que tenho na corporação. Li com atenção também os comentários postados. Em meio ao luto público pela perda de mais um policial, o quarto somente este ano, surge o discurso da revanche. A informação de que o acusado teria disparado cinco tiros contra a cabeça do PM gerou uma onda de indignação. No mundo do crime, matar um policial é sinônimo de status. A tatuagem de palhaço é um sinal de destemor que distingue o autor do feito dos demais. Trechos de diálogos entre amigos dos suspeitos lamentando a morte de um deles só reforçam a sensação de impunidade que se segue a um crime como esse.

A revolta então tomou forma. Prender, para alguns, já não seria o bastante para fazer justiça ao guerreiro (como os policiais costumam denominar-se uns aos outros) que tombou. Uma punição mais drástica é exigida por uma minoria de membros mais exaltados. O protesto pelas más condições de trabalho e a queixa pela falta de reconhecimento à atividade policial explodem em situações como essa. Quando um policial morre, a retórica bélica – que se apoia na definição de um inimigo a ser combatido e numa retaliação imediata – parece se fortalecer em detrimento das diretrizes que perpassam a área da segurança pública cidadã. Tal discurso não vem somente dos agentes da lei, mas de segmentos inteiros da população que querem ver a pena de morte ser implementada ou torcem para a eliminação sumária dos criminosos. O grande diferencial das redes sociais é a possibilidade de registrar sentimentos e opiniões que antes só eram verbalizadas e se perdiam após o comentário ser feito. Por causa disso, é possível mapear a repercussão de determinados episódios e se ter uma noção de como o debate vem sendo travado.

Na década de 1970, ao realizar um estudo sobre a polícia nos Estados Unidos, Egon Bittner, um dos mais renomados especialistas no tema, constatou que os discursos sobre a atividade policial estavam cada vez mais relacionados ao repertório militar. O País vivia a efervescência da guerra ao crime. O objetivo, conforme o autor, era bastante claro: alertar à comunidade que ela estava seriamente ameaçada por forças voltadas a sua destruição. Como consequência, toda a quantidade de esforço e de recursos disponíveis tem de ser demandada para que esse perigo seja eliminado. Para Bittner, a mudança do termo "controle do crime" para "guerra ao crime" significava a transição de uma preocupação cotidiana em um estado de emergência. Da figura do criminoso emergiria então a ameaça do inimigo. Enquanto o primeiro precisa sofrer sanções pelos atos infracionais cometidos, ao segundo só resta a subjugação.

Em um contexto como esse, de confronto aberto, a suposta sensação de segurança trazida por uma resposta imediata e sem freios legais dá lugar a um exercício do poder sem controle que, levado a uma condição extrema, abre espaço para execuções extrajudiciais. Tratar a segurança pública como uma questão de resolução de conflitos entre lados rivais não deixa de ser, de certa forma, a incorporação de conceitos oriundos do mundo do crime. É sob o pretexto de evitar a "guerra" que gangues começam a se organizar.

É evidente que essa questão não é apenas um problema de polícia. Há muita gente que leva vantagem com a deflagração de um estado de guerra. Momentos assim são terreno fértil para propostas demagógicas, mobilizações eleitoreiras e o surgimento de pretensos salvadores da pátria. A melhor resposta para essa situação de acirramento de ânimos e mobilização de ódios veio dos PMs que prenderam o segundo acusado pela morte do soldado Félix em São Gonçalo do Amarante. Ao não ceder à tentação de fazer justiça com as próprias mãos, tais policiais mostraram à sociedade que a Polícia Militar se pauta por normas e procedimentos e não pelo sentimento de vingança. Afinal, cumprir a lei de forma estrita é um dos critérios que separam os guardiães da ordem dos criminosos.